



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27225 - DF (2021/0000899-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : FELIPE VIEIRA GENEROSO
ADVOGADO : JOSE RENATO PEREIRA - SP343349
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL -
DEECRIM 10A RAJ - SOROCABA - SP

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por FELIPE VIEIRA GENEROSO que aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o Juiz de Direito da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal – DEECRIM.

Alega que possui "o direito ao benefício do LIVRAMENTO CONDICIONAL, tendo em vista, já ter cumprido os 2 (dois) requisitos necessários, quais sejam, (objetivo e subjetivo), para ser agraciado à referida benesse" (fl. 4).

Requer, ao final, o deferimento da medida liminar "para a concessão do livramento condicional" (fl. 11).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Segundo o art. 105, I, *b*, da Constituição Federal, que demanda interpretação restritiva, o Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra ato de ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

Aplica-se ao caso, portanto, a Súmula n. 41 do STJ: “O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos.”

Ante o exposto, com fundamento no art. 212 do RISTJ, indefiro liminarmente o mandado de segurança em face da incompetência absoluta do Superior Tribunal de Justiça para dele conhecer e julgá-lo.

Sem condenação a honorários (Súmula n. 105 do STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente